



1 **ATA DA 224ª REUNIÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DO EMPREGO E DAS**
2 **RELAÇÕES DO TRABALHO – CMERT –** A reunião 224ª do Conselho Municipal do
3 Emprego e Relações do Trabalho, do dia seis de setembro, realizada na Sala de
4 Reuniões da Fundação de Ação Social situada na Rua Eduardo Sprada, 4520 –
5 Campo Comprido - Curitiba - Paraná foi iniciada às nove horas pelo Presidente
6 Thiago de Andrade Pinto. Estiveram presentes os (as) conselheiros (as):
7 **Representantes Governamentais:** Luciano Martins de Oliveira (FAS/SMTE), Cesário
8 Ferreira Filho (FAS/SMTE); Suzana Valente Teixeira dos Santos (FAS); Mauri
9 Paulinho Ferronato (CTUR), Rafael Aurélio dos Santos (SETS); **Representantes dos**
10 **Trabalhadores:** Thiago de Andrade Pinto (CTB/PR), João Idemilson Claudino da Cruz
11 (CTB/PR), Ildemar Gorges (Força Sindical), Algacir de Almeida Machado (Força
12 Sindical), Enrico de Souza Costa (UGT); **Representantes dos Empregadores:**
13 Luciana Rocha Lopes (FIEP), Miscila Kruger (FEPASC), Carlos Vivaldi Rodrigues
14 (AECIC), Cassiano Ricardo Régis (ACP). **Convidados:** André M. Pinhol; Rosa Maria
15 A. Pedroso, Sibebe Baumgartner, Pryscilla S. Teixeira, Iaskara Maria Abrão, Lucimeire
16 F. Pereira, Renan O. Rodrigues. **Pauta da reunião:** 1. Aprovação da Ata da reunião
17 223ª; 2. Semana da Empregabilidade PCD; 3. Terceirização do Serviço Público em
18 Curitiba; 4. Informes Gerais. **Conferência de quórum:** No início da reunião, foi feita a
19 conferência do quórum regimental e existiam Conselheiros (as) presentes em
20 quantidade suficiente início da reunião e deliberação. Com a autorização do
21 Presidente, o Conselheiro Luciano se apresenta como Superintendente do Trabalho e
22 com a unificação, Superintendente da Assistência Social, acumulando a assessoria de
23 planejamento da FAS, acolhe e dá as boas vindas aos Conselheiros. Apresenta a
24 Secretaria Executiva dos Conselhos e apresenta a assistente social Márcia como a
25 técnica responsável, informando que o CMERT, doravante seguirá a padronização de
26 ações e metodologia adotada nos outros conselhos de direitos sob a responsabilidade
27 da Fundação de Ação Social. A mesma dá as boas vindas, em nome da Secretaria
28 Executiva dos Conselhos e coloca-se a disposição para esclarecimentos e
29 encaminhamentos. Posteriormente, o Conselheiro Luciano menciona sua
30 permanência na 1ª parte da reunião e sua posterior saída por agenda de trabalho.
31 Dito isto, se dirige a Dra. Rosa (Sub-procuradora do Município) bem como a Sra.
32 Sibebe que tratará da semana da empregabilidade. O presidente então dá início aos
33 trabalhos, dando as boas vindas aos conselheiros e agradecendo a FAS pela
34 acolhida. Posteriormente passou a historicizar o último encontro (223º) que se deu em
35 Junho, recesso de Julho e por questões da mudança física e adaptações estruturais,
36 a reunião ordinária de Agosto foi cancelada, retomando-se agora. Posto isto passa
37 para o item **1. Aprovação da Ata da reunião anterior e da pauta:** O presidente
38 Thiago Andrade assegura-se que todos os conselheiros receberam a ata e questiona-
39 se se há alguma colocação. Não havendo nenhuma manifestação contrária, colocou
40 para votação. **Decisão da Plenária: Aprovado.** O presidente continua com a leitura
41 da Pauta e esclarece o item Terceirização do Serviço Público de Curitiba cuja intenção
42 é tão somente para verificar a pertinência do assunto bem como, se o Conselho
43 deseja encaminhar este assunto abrindo debate e escutando as partes envolvidas.
44 Nos informes deseja esclarecer melhor sua saída da presidência do CMERT, mas já
45 contextualiza dizendo que a vaga não é do Conselheiro mas da Entidade. Com a nova
46 composição da diretoria da CTB, o Sr. Thiago Andrade não faz mais parte da CTB.
47 Desta forma não há mais legitimidade na representatividade, já que não faz mais
48 parte do Sindicato. Quer trazer a tona a discussão no item: informes. O presidente
49 verifica com os demais membros a inclusão de alguma questão na pauta. Neste

Conselheiros
e
Convidados

Pauta

Conferência
do
quórum

Aprovação
Ata e pauta

51 momento o Conselheiro Luciano, menciona sobre o recurso que foi destinado à
52 secretaria do Trabalho e informa que ainda está em processo de compra. O
53 presidente então fecha a questão da Pauta e solicita a apresentação do item **2.**
54 **Semana da Empregabilidade PCD** Antes de iniciar a apresentação, a Sra. Sibebe,
55 da diretoria de relações do trabalho, se reporta a Sra. Iáskara da Coordenação Pcd a
56 convidando a complementar a fala, se assim desejar. Prossegue esclarecendo que
57 além das informações sobre a semana de empregabilidade trouxe a série histórica
58 partir de 2014, ano em que se inicia a participação da Secretaria Municipal do
59 Trabalho. Sra. Sibebe esclareceu também, conforme a deliberação na 223ª reunião
60 ordinária de Julho, a alteração do Decreto 1590/2013 – Semana da Empregabilidade
61 PCD, que no Art.1º instituiu a Semana Municipal da Empregabilidade da Pessoa com
62 Deficiência de Curitiba... que ocorrerá todos os anos na semana do dia 24 de julho
63 para Setembro, compondo com o Dia D que acontece em 29 de Setembro.
64 Conselheiro ressalta que a alteração é permanente, não sendo um arranjo apenas
65 para 2017. Sra. Sibebe menciona que os números reforçam a justificativa da mudança,
66 já que a proximidade das datas sobrepujam as ações dos eventos. Posto isto, Sra.
67 Sibebe informa que a Semana de empregabilidade PCD e Dia D ocorrerão em 25 à
68 29/09/2017, com o objetivo: *“A Semana da Empregabilidade da Pessoa com*
69 *deficiência e o DIA D visam contribuir com a colocação e a recolocação no mercado*
70 *de trabalho deste público prioritário do Sistema Público de Trabalho, Emprego e*
71 *Renda.* Posteriormente, Sra. Sibebe mostra os indicadores da Semana
72 Empregabilidade em 2014 / 2015 / 2016. Em 2014, a semana se realizou de 21/07 a
73 25/07; número vagas 168; Atendimento realizados: 202. Número de
74 encaminhamentos dados: 125 e pessoas contratadas; 26. Em 2015, a semana se
75 realizou em 20/07 A 24/07. Número de vagas : 597 Número de atendimentos
76 realizados : 415. Número de encaminhamentos dados: 250 e contratados: 32 Em
77 2016, a semana se realizou de 25/07 a 28/07 com o número de vagas: 513. Número
78 de atendimento realizados: 285. Número de encaminhamentos: 194 e número de
79 Contratados: 58. Sra. Sibebe observa que em 2016, embora o número e vagas,
80 atendimentos e encaminhamentos tenham sido menores, foram muito mais efetivos
81 na contratação. Isto se deve a metodologia utilizada em 2016 que descentralizou os
82 atendimentos por regional. Pontua que o número de efetivados pode parecer
83 pequeno, até insignificante frente ao número de atendimentos e encaminhamentos,
84 porém efetivar 58 contratações em um processo seletivo mais complexo, é um
85 número é um número expressivo. Com relação a Semana do dia, dados registrados
86 de 2015 e 2016, não ocorreu em 2014. Em 2015 ocorreu na Boca Maldita, no dia
87 25/07, com 287 vagas, 84 atendimentos, 40 encaminhamentos. Sra. Sibebe
88 esclareceu que os encaminhados, significam pessoas que foram efetivamente para a
89 etapa de entrevista na empresa. Dos 40 encaminhados, 24 foram contratados. Em
90 2016, o Dia D ocorreu na Praça Rui Barbosa, em 23/09. Teve 284 vagas ofertadas,
91 28 atendimentos, 13 encaminhamentos e 10 contratados. Pela concorrência da
92 Semana da Empregabilidade, os números da Semana D, são ainda menores. A
93 expectativa deste ano, agrupando os eventos, o resultado seja mais positivo. Com
94 relação a 2017, a Sra. Sibebe informou que Publicação da Portaria de Convocação e
95 Regulamento do Evento e Abertura das Inscrições dar-se-á em 06/09/2017; As
96 inscrições irão até 19/09/2017. Em 20/09/2017 Divulgação dos (as) inscritos (as);
97 21/09/2017 Prazo máximo de inscrição de vagas de emprego na Central de Vagas da
98 Superintendência do Trabalho e Emprego / FAS; Reunião com empresas habilitadas
99 – 10h no Auditório - Captação de Vagas. Em 25/09/2017: Início Semana da

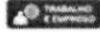


100 Empregabilidade, dia 31/10/2017: Prazo máximo retorno das cartas de
101 encaminhamento dos candidatos da Semana da Empregabilidade. Posteriormente, a
102 Sra. Sibeles informou o Calendários Sine Regional: 25 A 29/09: Atendimento
103 preferencial em todas as regionais . Justificou que a questão da acessibilidade
104 determinou a escolha de 4 (quatro) , das 10 (dez)regionais, sendo dia 25/09 no
105 Fazendinha; dia 26/09 no Boqueirão ; em 27/09 no Pinheirinho; dia 28/09 no Boa
106 Vista, dia 29/09 na Assessoria Pcd . Nestas datas e locais haverá as equipes
107 técnicas (SINE e Coordenação Pcd), dando todo suporte, esclarecimentos e
108 orientações à comunidade. Informou as Empresas com participação confirmada:
109 Fazendinha ; Dia 25/9 : Muffato ; no Boqueirão, dia 26/9: Risotolândia . No
110 Pinheirinho, dia 27/9 Isdralit , Cidade Sorriso ,Condor e Risotolândia . Na Sede da
111 Coordenação Pcd, no dia 29/09: Faco, Brafer e Universidade Positivo. Neste
112 aspecto esclareceu que as empresas, historicamente, se decidem sempre no limite
113 das datas, tendo cerca de 10 empresas por regional, e até o momento já havia um
114 cadastro de 255 exclusivas para pessoas com deficiência. Acredita que
115 conjuntamente com o Estado este número aumentará muito, podendo até dobrar e ir
116 até 500 vagas. Esclareceu que a Semana da empregabilidade é um decreto
117 municipal, mas o Dia D é uma data nacional, daí a presença forte do Estado na
118 participação no dia 29/09. Neste dia, as ações serão concentradas na sede da
119 Coordenação da Pessoa com Deficiência e já está organizado, em conjunto com a
120 URBS, haverá transporte (Van), saindo de hora em hora, do Centro para a sede da
121 Coordenação, sendo previsto orientação profissional e jurídica para as pessoas, além
122 das empresas já inscritas para o processo de seleção. Antes de encerrar a fala, foi
123 apresentado os cartazes de divulgação que será afixados junto ao transporte público
124 (800 ônibus) com todas as informações. Ao abrir para questionamentos, houve
125 solicitação sobre o edital, e a Sra. Sibeles esclareceu que edital já está publicado e
126 vigorando, podendo ser encaminhado a todos os conselheiros, por email através da
127 secretaria executiva. A apresentação contemplou um resumo de alguns aspectos,
128 mas as informações completas estão no Edital. Informou-se que no site da prefeitura
129 também está disponível. Passou a palavra para o Conselheiro Rafael informou que a
130 Agência Central do Estado estará participando do Dia D, no dia 29/09. Relatou que
131 em 2016, cerca de 220 vagas com as empresas realizando a seleção. Cerca de 400
132 atendimentos. A expectativa para este ano é pelo menos manter e até aumentar a
133 oferta de vagas e até o momento, até o momento, possui 22 empresas confirmadas e
134 solicita a divulgação pelos Conselheiros para encaminhamento dos candidatos, já que
135 se trata de vagas atrativas, principalmente na área de produção. O Conselheiro segue
136 esclarecendo que a Agência no Dia D atenderá exclusivamente o público PCD, com a
137 devida divulgação à comunidade, não se terá encaminhamentos para seguro
138 desemprego e intermediação geral e solicita voluntários com conhecimento de
139 LIBRAS seja na prefeitura ou mesmo nas empresas que possam estar auxiliando
140 neste dia, tendo em vista a procura grande de deficientes auditivos. Embora a
141 Agência tenha funcionários com este conhecimento, a demanda será maior no dia. O
142 Conselheiro também informou sobre sua agenda com a Superintendência Regional do
143 Trabalho com o Sr. Paulo Kroneis e propõem um trabalho conjunto para a questão
144 das empresas que estão sendo autuadas pelo descumprimento da cota mínima,
145 tentando conciliar a empresas autuadas com a necessidade de ofertas em todas as
146 regionais do município. A sra. Iaskara , da Coordenação da Pessoa com Deficiência
147 informa que recentemente se reuniram com a Dra. Margarete e Dra. Patrícia e
148 acordaram que são elas que encaminham as empresas autuadas. Até o presente



149 momento, a Sra. Iaskara informou ter encaminhado (duas) empresas. O Conselheiro
150 Rafael, esclarece sua intenção proativa, vem de encontro com uma orientação do
151 Ministério do Trabalho que orienta as parcerias com essas empresas. Pensa que com
152 a listagem dessas empresas, é possível entrar em contato convidá-las a participar da
153 Semana e do Dia D. Sra. Iaskara menciona que o MP encaminhando exige a
154 participação da empresa. Colocou-se em dúvida o acesso desta listagem, e o
155 Conselheiro verbaliza que tentará viabilizar nessa agenda com a Superintendência
156 Regional e a diretoria de relações do trabalho se colocou disposição para participar
157 também desta agenda. Com a finalização da Fala, o presidente Thiago verbaliza a
158 importância da divulgação dos eventos da semana de empregabilidade e do dia D
159 para que, não só, as empresas cumpram o que a Lei determina, mas principalmente
160 pela questão da inclusão do trabalhador pcd e deseja que o evento seja um sucesso.
161 Sra. Sibeles informa que em novembro será possível mostrar os dados consolidados.
162 Orienta aos conselheiros a levarem os cartazes e divulguem em seus espaços. Passa
163 para o próximo item de pauta **3. Terceirização do Serviço Público em Curitiba**, o
164 presidente esclarece que a pauta tem como objetivo ouvir o Conselho em relação ao
165 tema da terceirização, questão que afeta os municípios já que alguns setores
166 passarão a ser prestados não mais por servidores públicos. Propõe um debate e caso
167 entrem em consenso pode-se pensar em encaminhamento e assim abre o debate.
168 Conselheiro pondera a necessidade de informações mínimas da parte que propôs a
169 mudança, para que o debate não fique pautado em achismos. O Presidente sugere
170 ouvir a Procuradoria do município e posteriormente, se for o caso, dar algum
171 encaminhamento. O conselheiro Cesário ratifica a observação da necessidade de
172 informações concretas, posto isto sugere convidar oficialmente a PMC, a área
173 econômica e recursos humanos, assim como, surge a sugestão de ouvir os dois
174 lados: a prefeitura e o sindicato. O Presidente retoma e pela aprovação da plenária,
175 concede a palavra à Dra. Rosa, subprocuradora geral da Procuradoria do Município
176 de Curitiba inicia a fala agradecendo o convite e relatando sua proximidade com tema
177 da terceirização por estar acompanhando as discussões. Relata que desde 1998, Lei
178 Federal que trata das Organizações Sociais. Essa lei também foi editada pelo
179 município e na ocasião o legislador não incluiu dentre as áreas que poderia ser de
180 executadas por organizações sociais a educação e saúde. O que se pretende com a
181 mudança da Lei é, inicialmente a simetria com a Lei Federal que já coloca essa
182 possibilidade desde 1998 atuar nas áreas de saúde e educação. O que ocorre hoje, é
183 a abertura desta possibilidade, mas não significa que isto ocorra de imediato, pois a
184 adoção deste modelo, embora funcione com êxito em São Paulo e em alguns
185 municípios da região metropolitana de Curitiba, é uma decisão de gestão e deve ser
186 acompanhada de uma justificativa e reforça que a Procuradoria irá exigir que a
187 adoção deste modelo seja muito bem respaldado em pareceres antes da execução.
188 Pondera que o modelo que traz uma tratativa diferente na área e considera natural
189 que gere discussões, todavia tal modelo já conta com a aprovação das cortes
190 superiores: o Supremo Tribunal Federal reconhece a legitimidade bem como Tribunal
191 de Contas da União. Dra. Rosa menciona que uma das maiores preocupações que
192 aparece nas discussões, é a questão da precarização do trabalho e menciona a
193 existência de lista com uma série de recomendações que devem ser seguidas para a
194 implantação e garantias através de edital de chamamento público. Menciona que as
195 dificuldades financeiras do município mobiliza a busca de alternativas. Dra. Rosa
196 finaliza sua fala tranquilizando o Conselho que a adoção do modelo, não é uma
197 aventura inconsequente, salientando que Curitiba possui um dos tribunais de contas

198 mais rígidos e um ministério público muito atuante que certamente exigirão uma
199 condução transparente e os requisitos legais cumpridos por parte dos gestores e da
200 procuradoria. O presidente coloca que a Procuradoria traz a questão da legalidade,
201 mas reafirma a necessidade de esclarecimentos por parte de outros setores do
202 Executivo e cita como exemplo a área de finanças, trazendo a justificativa e a
203 aplicabilidade deste modelo de gestão que dá possibilidade de escolher entre abrir um
204 edital de concurso público e edital de chamamento público para uma empresa e abre
205 o convite também para os sindicatos afins: SISMUC e SISMAC delimitando a fala dos
206 participantes e conta com a presença da Procuradoria que trará o arcabouço jurídico.
207 Breve esclarecimento sobre a utilização inadequada do termo terceirização e
208 pontuou-se que a questão posta é um modelo contratação de OSC e a simetria com
209 a Lei Federal. Um conselheiro sugere esclarecimento do que é uma Organização
210 Social, sua natureza e funcionamento, , com o papel do Estado neste gerenciamento
211 para assim, com as demais informações, o Conselho estar devidamente informado
212 para um eventual encaminhamento. Dra. Rosa esclarece que OS é um título uma
213 qualificação concedida a uma empresa sem fins lucrativos que reúne condições legais
214 para ser uma OS, ela não nasce uma OS, se torna uma OS. E se mantém com este
215 título enquanto mantiver as condições necessárias. Uma OS deve ter um conselho
216 administrativo onde o poder público deve fazer parte com um assento, restringindo
217 sua autonomia na gestão, não sendo permitido a pejetização (uso de pessoa jurídica
218 para encobrir uma verdadeira relação de emprego, fazendo transparecer formalmente
219 uma situação jurídica de natureza civil), cumprindo metas que gerem eficiência,
220 desenvolvendo em tese, um trabalho mais profícuo, a fiscalização do ente público
221 deve ser efetivo. Encaminhamento: Debate sobre a OS para próxima reunião
222 ordinária - **Decisão da Plenária: Favorável** – Antes de se passar para a próxima
223 pauta, o conselheiro Gorges coloca a necessidade de consenso entre as informações
224 passadas aos usuários, já que a previdência social, município, Estado orientam de
225 forma diferenciada. Continua sua explanação , relatando que a Previdência diz que
226 não pode reabilitar o profissional e inserir como PCD, só que no entendimento do
227 Conselheiro, as grandes empresas estão fazendo exatamente isto: reabilita com um
228 curso qualquer e devolve para a empresa como Pcd para cumprir a cota, passando 12
229 meses de estabilidade garantida por lei, seja por questão do acidente de trabalho ou
230 por doença ocupacional, a empresa demite o trabalhador, não existindo, segundo o
231 Conselheiro, nenhuma retaguarda sobre a questão. Desta situação, o conselheiro
232 relata que resta um funcionário que foi colocado como Pcd, ganhando um valor
233 salarial idêntico como um funcionário normal, e vai para o mercado de trabalho
234 contratar um Pcd com valor diferenciado questiona que algo de errado está
235 acontecendo que precisa ser verificada. Questiona então, porque o reabilitado tem um
236 salário maior do que o Pcd. Regra do Pcd para não ser penalizado judicialmente pelo
237 ministério do trabalho. A sra. Sibebe verbaliza não observar , a oferta hoje da vaga
238 inclusiva não possuem diferença salariais com os valores do mercado. A Sra. Iaskara
239 informa que a Lei de cotas é para a Pessoa com Deficiência e o Reabilitado, desta
240 forma o reabilitado não entra na cota de deficientes. Esclarece que a pessoa
241 reabilitada não tira a vaga do deficiente quando do seu retorno, porém é protegido
242 pela Lei de Cotas por sua condição de reabilitado. Conselheiros colocam exemplos
243 que demonstram claramente a natureza das diferenças salariais de um funcionário
244 reabilitado de carreira com um funcionário Pcd em início de carreira que entra na
245 empresa através da Lei da Cota. Conselheiro Gorges esclarece não ser esta a sua
246 questão, e menciona que as Empresas estão agindo de má fé ao cumprir a Lei de



- 294 Cassiano Ricardo Régis (ACP) _____
295 _____
296 Miscila de C. Zeferino Kruger (FEPASC) _____
297 _____
298 Carlos Vivaldi Rodrigues (FACIAP) _____
299 _____
300 **Bancada do Poder Público:**
301 _____
302 Luciano Martins de Oliviera (FAS- SMTE) _____
303 _____
304 Cesário Ferreira Filho (FAS- SMTE) _____
305 _____
306 Suzana Valente Teixeira dos Santos (FAS) _____
307 _____
308 Rafael Aurélio dos Santos (SETS) _____
309 _____
310 Mauri Paulinho Ferronato (CTUR) _____

247 cotas através de um reabilitado e depois de 12 meses demiti-lo. Sra. Iaskara
248 esclarece que o reabilitado terá a garantia de estabilidade, apenas, se retornar na
249 mesma empresa, em se apresenta com o encaminhamento da Previdência. O
250 conselheiro coloca que é justamente a falta desta informação, desta orientação ao
251 reabilitado a sua questão. Sra. Iaskara coloca que no seu dia a dia recebe muitas
252 pessoas que desejam ser consideradas como PcDs e assim conseguem um
253 encaminhamento para uma vaga, ilustrando uma realidade extremada. O presidente
254 questiona se nos dados da Semana da Empregabilidade possibilita filtrar os números
255 de reabilitados encaminhados e com a resposta positiva, como encaminhamento o
256 presidente sugere aguardar os dados, amadurecer a discussão e a partir daí tirar um
257 encaminhamento para a questão levantada. **Decisão da Plenária: Favorável.**
258 Posteriormente, o presidente passa o **item 4. Informes Gerais:** O presidente
259 menciona sobre as questões das bancadas, retomando uma discussão da reunião
260 passada, com os ajustes o Sr. Cassiano da ACP compõe agora o conselho. A
261 bancada patronal com a desistência AFACIAP está composta com 5 representações,
262 faltando 1 membro. Para esta questão, se aguarda a posição do Sr. Zildo. Da
263 bancada dos Trabalhadores, o presidente informa que fez o convite para a CSB que
263 atende o critério da representatividade (acima dos 10%), cujo o presidente atual é o
264 vereador Cacá e este já indicaram 2 colegas que hoje justificaram a ausência, mas
265 considera a bancada completa, com 6 representantes. Esclarece que a CTB sairá, e
266 segundo o regimento, na vacância ou do impedimento, o vice assume, o Sr. Algacir
267 assume até o final deste mandato. O próximo mandato será da bancada patronal. O
268 presidente solicita que a bancas já se organize para que essa discussão não adentre
269 como pendência para Janeiro de 2018 e gostaria que na reunião de novembro esta
270 questão já esteja definida. O presidente menciona o calendário e reforça que
271 excepcionalmente a reunião ordinária de outubro se realizará na 3ª quarta feira, dia
272 18/10/2017 nas dependências da FAS. O presidente agradece a presença do Sr.
272 André da DIEESE. Em nada mais havendo a tratar, o presidente Thiago, agradeceu
273 a presença de todos encerrando a reunião, da qual eu, Márcia Yuri Sekikawa Nagata
274 redigi a presente ata que, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada
275 pelos conselheiros e conselheiras do Conselho Municipal do Emprego e Relações do
276 Trabalho, titulares ou na titularidade:

Informes Gera

277

278 Bancada dos Trabalhadores:

279

280 Enrico de Souza Costa (UGT) _____

281

282 Ildemar Gorges (Força Sindical) _____

283

284 Algacir de Almeida Machado (Força Sindical) _____

285

286 Thiago de Andrade Pinto (CTB Pr) _____

287

288 João Idemison Claudino da Cruz (CTB Pr) _____

289

290 Bancada Patronal:

291

292 Luciana Rocha Lopes (FIEP) _____

293

